

## **Apossamentos de terras nos sertões do Mato Grosso oitocentista: considerações historiográficas**

Adilson Rodrigues<sup>1</sup>

**Resumo:** O breve artigo é parte da dissertação de mestrado “Sertão De Coxim: Apossamentos de terras, conquistas e relações de trabalho (1830-1898)” apresentado no Programa de Pós-graduação em História pela UFGD em 2013. Buscamos definir pressupostos para entender apossamentos de terras que se deu no sul de Mato Grosso, sobretudo, a partir da onda migratória oriunda de Cuiabá, pós o episódio da Rusga (1834), do Triângulo Mineiro e de Franca, a partir de 1830, alcançando a região delimitada por nosso estudo: o sertão mato-grossense, área tradicionalmente habitada por indígenas. Partimos de discussões sobre o século 18, quando se iniciou o fluxo de exploradores, sobretudo paulistas, que percorriam caminhos fluviais à caça de índios para escravização. A descoberta do ouro cuiabano possibilitou a fundação de arraiais, povoados e entrepostos que abasteciam as expedições. A abordagem dependeu de leituras e discussões de obras pertinentes à ocupação e povoamento do sul do antigo Mato Grosso no século 19. Analisamos obras clássicas da história socioeconômica, assim como estudos recentes que abarcaram estudos sobre o universo agrário brasileiro. Ainda, buscamos analisar produções regionais que tratam da ocupação do oeste brasileiro, a formação de grandes latifúndios assim como a fundação de povoados que depois se transformaram em municípios.

**Palavras-chave:** Apossamentos de terras, Sertão, Mato Grosso, Historiografia.

**Abstract:** The brief article is part of the dissertation "Hinterland Of Coxim: Apossamentos land, conquest and labor relations (1830-1898)" presented at Postgraduate in History from UFGD Program in 2013. We seek to understand assumptions set apossamentos land that gave in southern Mato Grosso, mainly arising from the migration wave of Cuiabá, after the episode of Swoop (1834), the Triângulo Mineiro and Franca, from 1830, reaching the region bounded by our study: the interior of Mato Grosso, the area traditionally inhabited by indigenous people. We start discussions about the 18th century, when explorers started the flow, especially in São Paulo, who traveled waterways to hunt indigenous to slavery. The discovery of gold cuiabano enabled the foundation of camps, villages and warehouses that supplied mailings. The approach depended on readings and discussions pertaining to the occupation and settlement of southern Mato Grosso in the former 19th century classical works analyzed the socioeconomic history works, as well as recent studies that encompassed studies on the Brazilian agrarian universe. Still, we analyze regional productions dealing with the occupation of western Brazil, the formation of large estates and the founding of settlements that later became municipalities

**Keywords:** Apossamentos land, Hinterland, Mato Grosso, Historiography

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. Professor de História do IFMS – campus Coxim. Membro dos Grupos de pesquisa CNPQ: História, Cultura e Sociedade/UFMS e História Social e Agrária no Brasil (GHSAB)/UFGD. CV: <http://lattes.cnpq.br/9118835610785570>.

*“Para dizer do espaço que fica além dos grandes centros urbanos, falou-se durante muito tempo em “fronteiras”. Elas também eram conhecidas como “sertões”, desde que os cronistas dos séculos XVII e XVIII, como Frei Vicente do Salvador ou Antonil, assim designaram o imenso espaço que não estivesse no litoral. A eles se seguiram Pedro Taques e Gaspar Madre de Deus, narradores das peripécias graças às quais se rasgaram entradas para o interior do continente. Aos cronistas coloniais se sucedem, no século XIX, os viajantes e naturalistas, como Karl von Martius que continuaram a reclamar mais atenção para a história dos sertões. Tal história demorou a ser escrita. Capistrano de Abreu talvez tenha sido o primeiro moderno historiador brasileiro a enfatizar, em seu “Capítulos de História Colonial” (1907), o “sertão” como formador de um estilo de vida nacional”. (Mary Del Priori e Renato Venâncio, 2006).*

Esboçamos uma epígrafe retirada da obra “Uma história da vida rural no Brasil”, organizada Mary Del Priori e Renato Venâncio (2006) por entender que ela resume o entendimento sobre conceito de sertão desenvolvido pela produção historiográfica brasileira. A historiografia tradicional que se referia ao sertão como formador de um estilo de vida nacional (PRIORI & VENÂNCIO, 2006), ainda é bastante vigorosa nas produções atuais. No entanto, cabe destacar que, em análise apurada sobre a questão, a historiadora Lylia Galetti (2000, p. 26-30) mostrou que a intelectualidade e as lideranças políticas da segunda década do século 19, percebiam os “sertões da pátria” como uma fronteira entre civilização e barbárie dentro do próprio território nacional”.

Na segunda metade do século 19, essa visão, segundo a autora, passou a ser removida para dar lugar a uma imagem do país como “terra de progresso”. Esta imagem era bastante favorável para a construção da nacionalidade brasileira. No que se refere a Mato Grosso, Galetti infere que a referida Província ainda era vista como uma “região ainda próxima da barbárie: abundante em recursos naturais, seu imenso território encontrava-se quase “vazio”, dominado por indígenas e por uma população mestiça, indolente e sem espírito empreendedor, razão pela qual seu progresso só seria possível com a introdução de imigrantes e capitais europeus”. Mas essa leitura a respeito desse espaço, sobretudo em relação às populações nativas, fazia-se pela “ótica da Nação, mas tendo como referência o modelo europeu”, ensejando imagens imprecisas e depreciativas sobre Mato Grosso, “em razão das distâncias geográficas, históricas e culturais que o separavam do mundo e do Brasil civilizado, também o era positivamente como “sertão e fronteira” da pátria, noções fundamentais para a própria ideia de

nacionalidade brasileira no período em foco”.

Como Mary Del Priori e Renato Venâncio (2006), pensamos em superar o conceito impreciso de sertão e avançar no debate, a partir do diálogo com a historiografia, com destaque para as reflexões de Galetti, no sentido de explicar parte de nossa história rural. Nessa esteira, procuramos abordar o papel das principais instituições de Mato Grosso no cenário nacional, superando os discursos limitados à “vida dos grandes homens aí nascidos ou a repercussão dos fatos nacionais e internacionais em seu chão”. Como Priori e Venâncio, procuramos abarcar o processo de ocupação da região, a ênfase será dada ao intenso apossamento de terras verificado no século 19; os escritos sobre grupos sociais, poder familiar e estruturas de poder, movimento norteador de grande parte da formação histórica da sociedade brasileira.

O sertão oeste do Brasil colonial esteve no imaginário do português como terras longínquas, ausente de limites, espaços obscuros, dificilmente proporcionaria uma extensão da geografia territorial. Nas definições da historiadora Lylia Galetti, que desenvolveu a tese “Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso” (2000) – trabalho germinal, buscou compreender a constituição identitária matogrossense que emergiu da fronteira e do próprio sertão, sob o olhar do entrante europeu e do habitante nativo – o termo sertão ganhou uma análise mais etimológica, sobretudo o entendimento do termo significou o encontro do bandeirante com o mundo “selvagem” coberto por matas e índios. Segundo Galetti:

a noção de barbárie estava atrelada à de sertão sobretudo quando a referência eram as regiões interiores habitadas por sociedades indígenas caracterizadas como inteiramente selvagens. É, portanto, na acepção de terras incultas, desertas e/ou sob domínio de grupos indígenas que o sertão se diferencia de outros espaços - vilas, cidades e terrenos cultivados em seus arredores – mesmo situados no interior da Colônia, nos quais a ordem colonial implantara-se de modo efetivo e, sob muitos aspectos, em sintonia com a civilização característica da Metrópole. (2000, p. 45).

O que encontrariam neste sertão, sob a valente incursão paulista em terras desconhecidas? Poder, privilégios, riquezas, índios? Ao passo que a colonização se efetivou no oeste brasileiro, o termo sertão ganhou novas definições. No pensamento colonial do século 18, o termo sertão, para a autora, tanto designava o interior da colônia, terras distantes do litoral, quanto a áreas sob o domínio de grupos indígenas. Portanto, sertão definiu-se como áreas que a metrópole não havia colonizado. A presença indígena significava a barbárie, lugar onde havia a necessidade de civilizar. A

ocupação e colonização desse sertão significava apropriar-se do território indígena e impor domínio, com isso oferecer a civilização.

Diversos roteiros foram traçados nos sertões na busca incessante ao nativo. Com a descoberta do ouro em Cuiabá, a redefinição fronteiras foi necessária. Por parte da coroa portuguesa, o redesenho do território colonial garantiria a possibilidade de desenvolver a mineração frente às terras.

A obra do padre André João Antonil, “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e mina”, obra publicada em 1711, é de grande relevância para a presente abordagem acerca da ocupação e a exploração econômica do oeste brasileiro. Além de oferecer elementos para nossas reflexões sobre o cenário social e econômico do período colonial brasileiro, Antonil discute escravidão na colônia, a gênese do povoamento das áreas internas da colônia. Sob o enfoque da pecuária, Antonil aponta os caminhos das boiadas no sertão brasileiro, bem como a produção pastoril.

Mesmo com o início das explorações do ouro nas Minas Gerais, a obra de Antonil, publicada nas primeiras décadas do século 18, concentrou sua atenção maior na produção açucareira. Também dedicou seu estudo ao plantio do tabaco, à criação de gado e ao comércio do couro, como se estivesse produzindo um manual para os produtores rurais. Antonil descreveu os vários caminhos que levariam as regiões da lavra do ouro, do litoral (Salvador, Rio de Janeiro) e São Paulo à região do ouro, seria um roteiro para alcançarem o oeste da colônia, isto é Minas Gerais.

A quarta parte de “Cultura e Opulência” é dedicada à criação de gado e ao comércio do couro na colônia. Nosso interesse refere-se às informações sobre a existência de currais espalhados pelo sertão nordestino, e do proveito da pecuária como abastecimento do mercado interno e da comercialização da carne e do couro.

O autor informa os caminhos das boiadas e das relações de trabalho destinadas a essa atividade, assim como o emprego da mão de obra escrava tanto na lavoura, na extração do ouro e na condução de bois pela colônia. Ainda sobre o trabalho nas boiadas, o autor sugere que assim como os brancos, o negro e os indígenas poderiam lucrar com essa atividade, mesmo com a diferenciação de valores, quanto ao pagamento dos condutores do gado.

A obra “Cultura e Opulência” de André Antonil (1711) se diferencia das obras produzidas no início do século 18 ou as supera, não pela temporalidade — mas pelo

detalhamento das atividades desenvolvidas na colônia com destaque para dois pontos da obra.

O primeiro ponto sobre a atividade do engenho, Antonil discorre sobre o processo de organização dessa empresa agrícola destinado à cultura da cana e à fabricação do açúcar nos moldes do escravismo colonial. O autor defendia certa proximidade entre os poderes, isto é a presença do poder eclesiástico na sociedade de engenho. A presença da Igreja numa unidade produtora exercia um papel social, sobretudo, porque realizava casamentos, batizados, rezas e missas, além de estabelecer relações com o senhor de engenho, que lhes beneficiariam luxo, riqueza e poder. Segundo ponto: “Cultura e Opulência” foi escrita no período da crise açucareira e o desenvolvimento da mineração no interior da colônia. A atividade mineradora provocou deslocamento populacional para região das minas desvalorizando a atividade canavieira, com isso deu-se início à ocupação e povoamento do oeste brasileiro.

No oeste de onde, narrativas produzidas no século 19 por autores como Luiz d’Alincourt em “Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá” (1825) e Hercules Florence em “Esboço da viagem feita pelo Sr. Langsdorff no interior do Brasil desde setembro de 1825 a março de 1829” (1875), apontam o movimento populacional, assim como impressões do sertão que no ritmo da busca pelo ouro e o apresamento dos nativos passara a ser conhecido por aventureiros, por expedições oficiais, bem como missões estrangeiras.

O sargento-mor engenheiro Luís d’Alincourt descreveu informações de viagem realizada entre Santos e Cuiabá no ano de 1818. Era oficial engenheiro português e participou de missões importantes na Bahia (1816), Pernambuco (1818) e no Espírito Santo (1841). Publicou diversas memórias sobre o Brasil e assuntos militares. Em “Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá” (1825), apresentou dados sobre população, atividades econômicas existentes, origem das vilas e arraiais, além de descrever rios e serras nos caminhos Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Luís d’Alincourt sugeriu com suas descrições o aproveitamento das estradas, assim como interesses em desenvolver as vilas e arraiais.

Com financiamento do governo russo, a “Expedição Langsdorff”, organizada nos anos de 1825 a 1829, foi uma das primeiras expedições que registraram a flora, a fauna e a população indígena brasileira. Hercules Florence, responsável em registrar as

informações da expedição, escreveu um diário com importantes registros etnográficos, informações sobre a fauna, flora, hábitos e costumes do século 19. Seus escritos foram traduzidos e publicados por Alfredo d'Éscagnolle Taunay sob o título “Esboço da viagem feita pelo Sr. Langsdorff pelo interior do Brasil, de setembro de 1825 à março de 1829” pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1875. Também foi publicado “De Porto Feliz à Cuiabá (1826-1827) (Diário de viagem de um naturalista da expedição do Barão Langsdorff)”, em 1929, na Revista do Museu Paulista e, reeditada pela Editora Melhoramentos em 1941 e 1948, com o nome “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, de 1825 a 1829”.

As descrições de d'Alincourt e Florence se encontram, ao revelar as populações estabelecidas no sul de Mato Grosso. As informações são, principalmente, sobre Camapuã, local que servira de entreposto para as expedições denominadas “monções”, no século 18. Conforme os dois relatos, o povoado que se formou em volta da fazenda Camapuã era cerca de 306 habitantes, em sua maioria escrava. Luiz d'Alincourt esboçou um mapa estatístico da população dessa localidade, segundo os dados apresentados no relatório do autor, a população livre chegava a 167 e a população escrava alcançava 139 (d'ALINCOURT, 1857, p. 335-336). Para Florence a maioria da população é “de pretos crioulos; poucos são os mestiços. D'essa cor era o commandante” (FLORENCE, 1875, p. 404). Conforme as impressões dos autores a convivência de livres, forros e escravos era tranquila, o que causava temor para as expedições era a presença indígena, sobretudo a ameaça de ataques durante a viagem.

Outra descrição que ambos realizam é sobre a prática de atividades agrícolas e de criação em Camapuã. Florence exalta a extrema miséria na localidade, destacando o cultivo de cana de açúcar, feijão e milho. Sobre a criação de animais, segundo Florence, era boa, sobretudo a criação de porcos e galinhas. No relato de d'Alincourt há mais informações, sobretudo indicando a quantidade de animais e valores, especificando o comércio desenvolvido na localidade.

No avanço das expedições, a passagem pela região que envolve o sertão de Coxim, não há descrição senão, dos caminhos fluviais, sobretudo informações do percurso realizado nos rios Coxim e Taquari, dos caminhos terrestres que levavam a Goiás.

No decorrer da década de 1830 os sertanistas oriundos da região de Franca (São

Paulo) e de Minas Gerais se propuseram a penetrar nos sertões de Mato Grosso. O que Contribuiu para a expansão lusitana a oeste, aspecto que determinou a abertura de rotas e a organização de pousos, fazendas e vilas. As informações deixadas sobre essas entradas estão presentes nos relatos de Joaquim Francisco Lopes produzidos durante a entrada no sertão mato-grossense. Os Lopes penetraram no sul de Mato Grosso em 1830 junto com os Garcia Leal e os Barbosa. Sobre essa entrada, encontramos em “A Bandeira de Joaquim Francisco Lopes” publicado no Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo no ano de 1943.

Outro relato deixado pelo sertanista é o “Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o baixo Paraguai na Província de Mato Grosso, feitas nos anos de 1844 e 1847 pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes, e descritas pelo mapista inglês João Henrique Elliot”. No início da década de 1830, acompanhando os Garcia Leal, Joaquim Francisco Lopes fixou-se nas margens inferiores do rio Quitéria, fundou a fazenda Monte Alegre em Santana do Paranaíba. Além de reconhecer as terras sul-matogrossenses, demarcou posses e abriu uma estrada de Santana de Paranaíba a Miranda, Vacaria (centro do atual Mato Grosso do Sul) e parte da Serra de Maracaju e a serviço do Barão de Antonina registrou várias posses em 1848.

Dos estudos clássicos sobre a ocupação, povoamento e produção criatória em Mato Grosso destacam-se Nelson Werneck Sodré (1941) e Virgílio Correa Filho (1946). Seus estudos são indispensáveis para a reflexão sobre a produção pastoril como fator de ocupação do sertão mato-grossense.

Nelson Werneck Sodré nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1911, então capital federal do Brasil. Sodré seguiu a carreira militar, na qual ocupou o posto de general de brigada, mas também dedicou-se aos estudos na área da sociologia e da história. Entre os anos de 1938 e 1945 publicou centenas de artigos e algumas de suas principais obras, a citar: “História da Literatura Brasileira” (1938) e “Formação da Sociedade Brasileira” (1944), tornaram-se obras essenciais, sobretudo quanto à minuciosa coleta de dados.

Na obra “Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril”, publicada em 1941, reúne análises sobre a expansão das propriedades pastoris no Mato Grosso. Sua obra dividida em 10 capítulos envolve o período do esgotamento da atividade mineratória e o

fluxo migratório de mineiros, goianos e paulistas para Mato Grosso, até então ocupada por indígenas. O autor tece referências à implantação de latifúndios e a pecuária no oeste brasileiro.

Virgílio Alves Correa Filho nasceu em Cuiabá (MT), em 1887. Era engenheiro, jornalista e historiador. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1931) foi primeiro secretário e 3º vice-presidente. Também foi colaborador do *Jornal do Comércio*, da *Revista Brasileira de Geografia* e da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Correa Filho dedicou parte de sua produção intelectual a estudos históricos e geográficos do estado de Mato Grosso. Publicou uma série de obras dedicadas à compreensão da região mato-grossense. “Pantanais Mato-grossenses – devassamento e ocupação”, obra publicada em 1946, é um exemplo da proposta do autor em apresentar a região pantaneira, inserindo-a no contexto histórico e geográfico do país.

As obras dos referidos autores tecem importantes contribuições sobre o apossamento de terras no oeste brasileiro, contudo as obras discordam entre si, mas oferece caminhos evidentes para o entendimento sobre o avanço luso-brasileiro sobre as terras mato-grossenses. Os autores destacam as atividades estabelecidas nessa região, onde a pecuária tornou-se o principal fator econômico da sociedade que se formou no sul de Mato Grosso.

O autor Nelson Werneck Sodré enfatiza a atividade pastoril como propulsora da ocupação não-índia das terras mato-grossenses. Sodré lembra que a conquista do oeste brasileiro se deu pelo movimento das bandeiras e as monções no século 18. Mas seu estudo acrescentou a ocupação pastoril como consolidação do povoamento do Oeste brasileiro no século 19. Os primeiros grupos não-índios que ocuparam a região sul de Mato Grosso no século 19 eram originários de Minas Gerais, de onde levaram quantidade do gado que se estabeleceu nas fazendas. De acordo com Sodré, o desenvolvimento da economia pastoril foi a passagem das terras de Minas Gerais para o oeste, para os chapadões goianos e o território de Mato Grosso em direção aos campos de vacaria, região compreendida entre o rio Paraná, cabeceiras do rio Pardo e as serras de Maracajú e Amambaí (SODRÉ, 2009, p. 49). Iniciava-se assim a conquista do espaço a partir do desenvolvimento criatório cuja conquista e expansão pastoril daria novas linhas, na sua marcha permanente.



Segundo a historiadora Maria do Carmo Brazil, que estudou sobre a ocupação dos Campos de Vacaria no sul de Mato Grosso no século 19, algumas frentes migratórias partiram do Triângulo Mineiro, do Nordeste brasileiro e do interior de São Paulo. Os migrantes ocuparam os campos limpos e cerrados do planalto sul-mato-grossense, situado na bacia do Paraná. A partir da fixação dessas famílias a criação de gado foi introduzida nos sertões mato-grossenses (BRAZIL, 2009, p. 233-234). Para Isabel Camilo de Camargo que se dedicou ao estudo da ocupação pastoril em Santana de Paranaíba, os ocupantes da região eram oriundos do Triângulo Mineiro, área conhecida como sertão da Farinha Podre, aonde se dedicavam à criação de gado. Segundo Camargo, com o esgotamento da atividade mineratória nas Gerais, a população se dispersou e a região se transformou em núcleo irradiador de povoadores (CAMARGO, 2010, p. 64). A expansão pastoril ocorreu em terras já ocupadas pelo movimento de expansão, proporcionado pela descoberta de sítios auríferos em Cuiabá (1718). Explica Sodré que a cultura pastoril era rústica e pobre, contudo proporcionou a dispersão humana pelo oeste. Enquanto o movimento bandeirante e monçoeiro formavam núcleos populacionais isolados, a cultura pastoril apresentava uma continuidade lenta, que ocupava os intervalos, com a introdução da pecuária e cultivo de roças para abastecer as fazendas.

A abordagem de Correa Filho, de certo modo, determinista, volta-se à minuciosa descrição do Pantanal, preocupado com a geografia que condicionou a ocupação não-índia nessa região. A exemplo disso, o autor dedica parte de seu livro a detalhar toda a localidade do Pantanal, uma espécie de cartografia, que divide-se em sub-regiões. A organização da obra parte de ordem cronológica, ou seja, uma densa descrição histórica, geográfica e geológica do Pantanal, assim como o estudo da relação humano e meio ambiente. Nessa esteira apresenta a história da ocupação da região e o advento de atividades econômicas praticadas em Mato Grosso.

Correa Filho realiza sua crítica a Sodré, com uma correção ao próprio título “Oeste”, que segundo o autor, conforme a delimitação espacial refere-se à Mato Grosso, ou melhor, ao sul do referido estado. “Oeste”, por quê? É uma indagação do autor que sugere o título como abrangente, incongruente, que o oeste denominado por Sodré refere-se a Mato Grosso.

Com isso a conquista do oeste, na verdade se limita à conquista do sul de Mato

Grosso. Ignorância litorânea, tratada assim por Correa Filho, “Oeste” segundo o autor, se baseou numa bibliografia geral, desprezando publicações já existentes de reporte regional. Conforme assinala Correa Filho:

Não apontou as monografias do visconde de Taunay, de seu filho, A. de Taunay, sagaz historiador das *Bandeiras*, os relatórios da Comissão Rondon, indispensáveis ao conhecimento da parte norte ocidental do Estado, de Arrojado Lisboa, de Glycon de Paiva, Milward, Erichsen, e outros, que estudaram a região sulina e oriental, de Leverger, historiador e geógrafo, assim como Ricardo Franco e Luiz D’Alincourt, de fase anterior, as memórias de Barbosa de Sá, Nogueira Coelho, J Costa Siqueira, as contribuições dos naturalistas H Smith, C Von Den Steinen, Lindmann, M. Schmidt, Ehreenreich, Evans, os ensaios de José de Mesquita e seus companheiros do Instituto Histórico de Mato Grosso (1943, p. 99).

A vasta bibliografia regional citada por Correa Filho refutou a interpretação que ora fora realizada por Sodré. As anacronias encontradas por Virgílio Correa Filho não pararam por aí, principalmente, quando se tratou da economia pastoril. Sodré generalizou ao se referir que a gênese populacional pastoril girava em torno dos troncos “mineiro, gaúcho e paraguaio”, para Correa Filho a região cuiabana seria a mais antiga e fundadora da pecuária mato-grossense. Segundo o autor:

A pecuária teve princípio no distrito de Cuiabá onde o primeiro Capitão General de Mato Grosso D. Antonio Rolim de Moura testemunhou que sobejava para o consumo a criação bovina. (carta de 5 de julho de 1761). [...] Daí se espalhou pelos pantanais, alcançou a região de Miranda, antes da entrada dos mineiros em Paranaíba. As fazendas em terras banhadas pelo Araguaia e seus afluentes são de época ulterior (1943, p. 101).

Sendo assim, o marco introdutório da pecuária em Mato Grosso compreende o período da extração mineratória em Cuiabá (século 18), anterior às entradas de sertanistas oriundos de Minas Gerais e de Franca (São Paulo) já nas primeiras décadas do século 19. Virgílio Correa também discorda de que fora Coxim (Mato Grosso do Sul) o primeiro foco distribuidor. Para o autor Coxim, enquanto povoado, não era conhecido (1943, p. 103), a formação de propriedades rurais dedicadas à atividade pastoril no sul de Mato Grosso compreendeu a região de Santana de Paranaíba e alguns rebanhos em Miranda e Camapuã.

As monções, que pode ser entendida como expedições fluviais de povoação e de caráter comercial, supriam esses núcleos que se formaram no oeste brasileiro. As principais mercadorias eram aves, cativos, sal, artigos de luxo, gado equino, muar e vacum. Segundo Werneck Sodré (2009) as penetrações do gado no oeste se deu já no

final do século 18.

a vegetação limpa, os campos abertos, as passagens obrigatórias e os pontos em que as vias fluviais permitiam vau, ofereceram a oportunidade por certo feliz da passagem, das terras de Minas Gerais para o Oeste, para os chapadões goianos e para o território de Mato Grosso dos rebanhos que aumentavam progressivamente e que marchavam sem termo (2009, p. 68).

Assim, segundo o autor, os caminhos terrestres abertos durante as monções, os campos abertos próximos desses caminhos e também dos rios interessou os sertanistas a formarem fazendas de criar, aproveitando todo o espaço visitado durante as expedições. Para o autor esses chapadões centralizaram a condensação dos rebanhos advindos de Minas Gerais.

Trabalho divergente da publicação de Sodré, Corrêa Filho centra seu estudo na ocupação na região cuiabana, considerando a primeira fase de ocupação a região entorno das lavras de Miguel Sutil. Essas lavouras cultivadas próximas dos sítios auríferos abasteceriam a vila que se formara no rio Cuiabá (CORREA FILHO, 2009, p. 119). No capítulo destinado à expansão pastoril, o autor prefere se dedicar à ocupação cuiabana, não se referindo ao sul de Mato Grosso. Tratando da economia latifundiária desenvolve um estudo sobre a Fazenda Jacobina de propriedade do Barão de Vila Maria, grande fazenda que se localizava na atual cidade de Corumbá, única localizada fora das mediações cuiabanas.

Segundo o autor, a fundação de fazendas pastoris em Mato Grosso devia abastecer a região aurífera, contudo com o esgotamento das lavras a pecuária tornou-se elemento fundamental à economia.

Se já pelo meio do século 18 a pecuária cuiabana excedia as solicitações do mercado regional, daí por diante, a medida que esmoreciam as minas de ouro, pelo esgotamento das aluviões empiricamente lavradas, maiores esforços, desviados da mineração evanescente, iriam aplicar-se na lavoura e criação de gado, ainda que escasseassem consumidores (CORREA FILHO, 2009, p. 178).

Nessa análise Sodré destacou que o sul de Mato Grosso fora ocupado por moradores do triângulo mineiro, afazendando-se nas zonas de Santana de Paranaíba, os rios Sucuriú, Verde, Anhanduí e Vacaria. Com isso deu-se início à ocupação das terras no oeste brasileiro, sobretudo com a penetração do gado.

Sobre a obra de Sodré, o historiador Paulo Roberto Cimó Queiroz ao apresentar

a edição da obra publicada em 2009, assinala que “Oeste” deve ser tratada como fonte de reflexões acerca do passado sul-mato-grossense: “Oeste deve ser hoje, caracterizado, essencialmente, como um testemunho de sua época”. (2009, p. 11). De fato, a obra tem o papel de enunciar os primeiros estudos sobre a ocupação do sul de Mato Grosso mediante a introdução da economia criatória.

Contudo, cabe-nos lembrar da generalização de Sodré, dita por Virgílio Correa, o autor tratou do sul de Mato Grosso, por essa razão, remetemos à obra, mesmo com estes percalços, pois esse Oeste na verdade é a região sul do referido estado. Nesse caso nosso objetivo é entender a formação populacional do espaço em questão, por isso o estudo de Nelson Werneck Sodré não entra em descrédito. Nossa intenção era utilizar tal bibliografia elucidando o trabalho de desvendar a inserção do pastoreio, bem como do surgimento do município de Coxim, no sul de Mato Grosso, no século 19.

O estudo da historiografia de apossamentos de terras, gênese da ocupação e povoamento do sul de Mato Grosso no século 19 traduz nossa preocupação em evidenciar formas de relações com a terra, evidenciando posses, trabalho e desenvolvimento econômico. Estudo patente à nossa pesquisa sobre o surgimento do sertão de Coxim, sobretudo a formação de propriedades latifundiárias na região em questão, que evidenciaremos no capítulo seguinte, onde dedicaremos a compreender o sertão de Coxim, sua história e relevância para a ocupação do oeste brasileiro no século 19.

Diferente de Sodré, Virgílio Correa Filho, em suas obras, partiu do estudo sobre a região pantaneira, sobretudo a ocupação pastoril. Em “Pantanais mato-grossenses” procurou entender como se deu a penetração do gado na planície pantaneira, bem como no sul de Mato Grosso. Virgílio Correa Filho afirma que foi ainda no século 18 que a pecuária foi introduzida em Mato Grosso, no período da mineração. O autor dedica parte de sua obra a estudar os trajetos que levavam às minas de Cuiabá. Nestes espaços que se encontravam entre São Paulo e Cuiabá foram ocupadas por roças e criação de gado.

Virgílio Correa Filho prefere se dedicar aos estudos sobre a expansão pastoril em Mato Grosso, partindo do desenvolvimento da atividade em Cuiabá. São relevantes as duas obras dedicadas ao assunto, pois este oeste ocupado tem impressões distintas da obra de Sodré. Cabe ressaltar que “Pantanais Mato-grossenses” e “Fazendas de Gado no

Pantanal” envolve a implantação da criação bovina, a produção de alimentos para Mato Grosso limitando-se à região pantaneira. Já a obra “Oeste” de Nelson Werneck Sodré se direciona ao estudo das frentes de ocupação que se desenvolveram a partir do levantamento de fazendas no sudeste mato-grossense, partindo da ocupação de Santana de Paranaíba estendendo para o Vale do Miranda.

Uma característica das primeiras fazendas surgidas no sul de Mato Grosso, a partir de 1830, era a constituição basicamente familiar. Conforme foram ocupando esses espaços, os sertanistas levaram toda sua família, bem como, camaradas e escravizados para trabalharem no campo. A produção de base familiar não significou que o trabalho escravizado fora deixado de lado, sobretudo quanto à instalação e exploração da empresa agrícola. Para êxito da colonização era necessário impor a posse sobre as terras indígenas e submeter pela força os povos nativos e os povos africanos que eram postos a trabalhar. Com isso, os contingentes de escravos garantiram o desenvolvimento de uma agricultura voltada para a produção de alimentos e matérias-primas tropicais.

No sertão mato-grossense nas primeiras décadas do século 19, havia uma imensidão de terras com o empreendimento de poucos homens, com isso contribuiu para que o apossamento fosse um meio comum de fixação e de exploração. Muitos espaços foram ocupados, alguns distantes dos caminhos controlados por nativos, os sertanistas já sabiam da violência que outros foram recebidos. Mas o interesse em levantar roças, capturar gados soltos, ou mesmo levar animais para criar nessas terras era o anseio de muitos. Dessa forma, entendemos as posses de terras no sul de Mato Grosso como estímulos da parte do governo imperial. Legalizados ou não, esses domínios territoriais compuseram espaços para pastagens e para a agricultura de subsistência.

A influência desses grandes fazendeiros tornou-se evidente ao consolidarem seu poder político, isto é, o envolvimento na política garantiu a hegemonia econômica e prevaleceram seus interesses nas relações estabelecidas na sociedade agrária. Dessa forma verificamos a solidificação do poder de um grupo agrário que estendeu suas propriedades e definiu os papéis sociais e políticos em Mato Grosso.

#### Referências Bibliográficas

## Crônicas e fontes memorialísticas

A BANDEIRA de Joaquim Francisco Lopes - 1829. In *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo*, vol. III. São Paulo, Tip. Do Globo, 1943. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ub00038a.pdf>.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória Sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

D'ALINCOURT, Luiz. *Ofício sobre estatística, defesa e administração da Província de Mato Grosso* enviado em sete de setembro de 1824 a João Gomes da Silveira Mendonça, ministro e secretário de estados dos negócios da guerra. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1857. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Volume 20.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, trad. do Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix, 1977.

ITNERÁRIO das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o baixo Paraguai na Província de Mato Grosso; feitas nos anos de 1844 e 187 pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes, e descritas pelo mapista inglês João Henrique Elliot. Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1848, vol. 10, p. 153-262.

## Bibliografia

AMORIM, Marcos Lourenço de. *O “Segundo Eldorado” Brasileiro: navegação fluvial e sociedade no território do ouro. De Ararituaba a Cuiabá (1719-1838)*. Dourados, MS: PPG/UFMS, 2004. ANDRADE, Eduardo de Moraes. *Das “Sesmarias” à “Lei das Terras de 1850”*: Jatahy, um dos diversos Brasis nascido no contexto da problemática da questão agrária. Anais do I Congresso Internacional do curso de História da UFG/Jataí-GO. 2010

BRAZIL, Maria do Carmo. *Sobre os campos de Vacaria do Sul de Mato Grosso: considerações sobre terra e escravidão (1830-1889)*. In: MAESTRI, Mario; BRAZIL, Maria do Carmo. *Peões, vaqueiros & cativos campeiros. Estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo fundo: UdUPF, 2009.

CORREA FILHO, Virgílio. *Questão de Terras*. São Paulo: Secção de obras do Estado de São Paulo, 1923.

CORREA FILHO, Virgílio. *Oeste*. In. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 5, n.2, abr/jun.

1943

CORREA FILHO, Virgílio. *Pantanais Mato-Grossenses – Devassamento e Ocupação*. Campo Grande/MS: Governo de Mato Grosso do Sul, 2009 (Coleção documentos para a história de Mato Grosso do Sul).

COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A pecuária bovina e o processo de ocupação do Pantanal Sul-Mato-Grossense*. In. MAESTRI, Mário; BRAZIL, Maria do Carmo (Org). *Peões, vaqueiros e cativos campeiros*. Estudos sobre a economia pastoril no Brasil Tomo I. Passo Fundo: Editora UPF, 2009. (Coleção Malungo).

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo: USP, 2000. (Tese de Doutorado).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LINHARES, Maria Yedda. *Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII)*. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal ET l' Europe Atlantique, Le Brésil ET L1 Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro, vol. XXXIV, Lisboa, Paris, DEZ., 1995. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg2-6.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf)>. Acesso 15 de dezembro de 2013.

LUCÍDIO, João Lucídio. *Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois: a ocupação do Planalto Sul de Mato Grosso, 1830-1870*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 1993.

PERARO, Maria Adenir. *O princípio da fronteira e a fronteira de princípios: filhos ilegítimos em Cuiabá no séc. XIX* Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 19, n° 38, p. 55-80. 1999

QUEIROZ, Paulo Cimó. Apresentação de SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Campo Grande/MS: Governo de Mato Grosso do Sul, 2009 (Coleção documentos para a história de Mato Grosso do Sul).

SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Campo Grande/MS: Governo de Mato Grosso do Sul, 2009 (Coleção documentos para a história de Mato Grosso do Sul).